Ofício nº PMC/SEPLAG/DCONV/351/2025
Congonhas, 06 de Outubro de 2025

Câmara Municipal de Congonhas
PROTOCOLO GERAL 2749/2025
Data: 07/10/2025 - Horário: 15:14
Legislativo

À Câmara Municipal de Congonhas,

Encaminhamos em anexo cópia do termo de Colaboração Nº17/2025, que entre si Celebram o Município de Congonhas e o Grupo Escoteiros Cidade dos Profetas.

Atenciosamente,

Rosângela Ferreira da Costa Braga
Secretária Mun. de Planejamento e Gestão

TERMO DE COLABORAÇÃO N°. 17/2025.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O GRUPO DE ESCOTEIROS CIDADE DOS PROFETAS.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido inscrito no RG Nº 4.370.328 e no CPF nº 813.617.426-15, e pela Secretária Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania, Maria de Fátima Lima de Brito Sabará, portador do M- 7933.048 e do CPF 004.919.566-22 e **Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas**, inscrito no CNPJ nº. 23.966.320/0001-04, com sede na Rua Luiz Pinto da Rocha, 73, Rosa Eulália, Congonhas/MG, neste ato representado por seu Presidente, Marcelo Augusto Bastos, portador do RG MG3591237 e do CPF nº. 530.884.506-97, doravante denominada OSC (Organização da Sociedade Civil), resolvem celebrar este **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2015, e disposições do Decreto Municipal 6.731, de 16 de outubro de 2018, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA 01/2024
Processo Administrativo nº. 7393/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a execução do Projeto "Escotismo Em Movimento" que realizará oficinas de primeiros socorros para capacitar crianças e adolescentes de 07 a 17 anos e 11 meses e 29 dias inscritas nas entidades Grupo Escoteiros Cidade dos Profetas e Associação Reciclando Vidas, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR

O MUNICÍPIO nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração **ANA PAULA HERMOGENES OLIVEIRA**, Portaria n° PMC/940, de 05 de junho 2025.

2.2 São obrigações do Gestor:

I – Verificar se a OSC cumpriu a obrigação de divulgar os dados da parceria celebrada com a Administração Pública Municipal;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

III – Formalizar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências a serem adotadas para saná-las;

IV - Emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

V - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

VI - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.

2.3 Caberá ao gestor, nos termos do Artigo 32 do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do encerramento de cada bimestre, de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada, que será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará.

2.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição das atividades, metas e indicadores estabelecidos;

II – informação de irregularidades apuradas, providências a serem tomadas, prazo para solução e data de retorno para verificação do pleno atendimento.

III- declaração de cumprimento da obrigação contida no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

2.4 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos:

I – sanar a irregularidade;

II– cumprir a obrigação;

III – apresentar justificativa para a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

2.4.1 O relatório técnico de monitoramento e Avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

2.4.2 Depois de homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá ser encaminhado à Diretoria de Convênios para ser anexado aos autos do respectivo processo administrativo.

2.5 Caberá também ao gestor a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do(s) relatório(s) técnico(s) de monitoramento e

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

Avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de Colaboração.

2.5.1 O parecer técnico sobre as prestações de contas, a ser elaborado pelo gestor, levará em consideração a execução física e os relatórios de cumprimento do objeto apresentados pela OSC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

3.1 - O MUNICÍPIO nomeia para membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores: **ANA PAULA APARECIDA COELHO ESTEVES, MATEUS MARTINO SOUZA E SIRLEI DA SILVA LIMA CAMPOS**, Portaria n° PMC/940, de 05 de junho 2025.

3.2 - Este termo de parceria será monitorado e avaliado mediante os seguintes procedimentos:

a) análise do objetivo e sua finalidade;

b) acompanhamento mensal da prestação dos serviços;

c) análise de relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

3.3 – Nos termos do Artigo 30, §3º do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente, com o intuito de proceder à avaliação da execução da parceria e a análise e homologação do relatório elaborado pelo gestor.

3.4 - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado para subsidiar seus trabalhos.

3.5 - A comissão de monitoramento e avaliação realizará visitas técnicas que deverão ser circunstanciadas em relatório de visita técnica que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimento e eventuais providências, cuja execução poderá ensejar a revisão do documento.

3.6 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública, por meio do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

3.7 – Serão utilizados indicadores para aferição do cumprimento das metas e os meios de verificação, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

b) transferir os recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, para a conta bancária específica da OSC em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);

c) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, através do Gestor e da Secretaria Responsável;

d) emitir Relatório(s) Técnico(s) de Monitoramento e Avaliação da parceria durante a vigência do objeto;

e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

f) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos (art. 59 da Lei 13.019/2014);

g) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, constatada inadimplência em prestar contas ou execução em desacordo;

h) publicar o extrato deste instrumento no sítio eletrônico do município, conforme artº. 38 da Lei 13.019/2014;

i) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal.

j) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; conforme artº. 35, III da Lei 13.019/2014;

k) aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/2014; artº. 35, IV.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA OSC:

a) responsabilizar-se pela execução do objeto;

b) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

c) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

e) permitir livre acesso do gestor, do responsável pela Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, nas instalações da OSC;

f) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC pelos

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

respectivos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

h) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

i) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

j) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento de fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;

k) efetuar as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo em conta bancária específica em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);

l) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados;

m) manter-se adimplente com o MUNICÍPIO naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

n) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

o) enviar ao MUNICÍPIO cópia dos documentos quando houver alteração da diretoria ou do estatuto;

p) divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014, com as seguintes informações: a) data da assinatura; b) identificação do instrumento; c) identificação do órgão MUNICÍPIO; d) nome da OSC; e) nº. do CNPJ da OSC; f) descrição do objeto da parceria; g) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso; h) situação da prestação de contas da parceria, devendo informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; i) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

q) *assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do MUNICÍPIO em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito no presente Termo de* Colaboração *e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela PREFEITURA DE CONGONHAS, colocar a marca do MUNICÍPIO DE CONGONHAS nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste*

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

Termo de Colaboração, *no mesmo tamanho e localização do nome da PREFEITURA DE CONGONHAS e em destaque em relação a qualquer outra marca que venha ser aplicada. A arte deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Governo – Assessoria de Comunicação Institucional.*

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie, entre o MUNICÍPIO e a equipe que a OSC contratar para a execução do projeto ou atividade constante deste instrumento, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE

Para a execução das atividades previstas neste termo de parceria, no presente exercício, o MUNICÍPIO transferirá à OSC, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, o valor de R$ 107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS

Como o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho deste Termo de Colaboração prevê repasse único de recursos, a OSC deverá, para recebimento desta única parcela, estar em dia com sua regularidade fiscal (as certidões abaixo especificadas):

I - Certidões negativas ou positivas com efeito negativo, devidamente atualizadas:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Estadual ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;

c) Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

e) Certidão Negativa Municipal;

§ 1º Quando as certidões, de que trata o inciso I, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no Cronograma de Desembolso.

§ 2º A análise da prestação de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, quando for o caso.

§ 3º O repasse das parcelas do recurso total da parceria será efetuado em estrita conformidade ao Cronograma de Desembolso constante no plano de trabalho, após apresentação da prestação de contas pela OSC e aprovação do gestor da parceria.

§ 4º As duas primeiras parcelas serão pagas automaticamente pela Secretaria Municipal de Finanças, devendo a terceira ser transferida mediante a apresentação da prestação de contas da primeira parcela e assim sucessivamente, quando for o caso.

§ 5º A Diretoria de Convênios expedirá comunicação direcionada ao gestor e à secretaria responsável pela política, informando a entrega da prestação de contas. Após, a secretaria responsável deverá solicitar à Secretaria de Finanças a liberação do recurso correspondente à

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

parcela subsequente, por meio de documento assinado conjuntamente com o gestor, a ser anexado aos autos do processo administrativo da parceria, quando for o caso.

§ 6º O atraso na liberação de parcelas pactuadas no plano de trabalho, por parte do MUNICÍPIO, configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de Colaboração ou de colaboração sendo possível a realização e prorrogação de vigência pelo município por período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros do MUNICÍPIO a serem repassados à OSC correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: **Órgão: 32, Unidade: 03, Função: 08, Sub-função: 243, Programa 0018, Atividade: 0.074 - Parceria com Entidade - Criança e Adolescente, 3.3.50.41 - Contribuições (Ficha - 1477 Custeio), 4.4.50.41 - Contribuições (Ficha - 1590 Investimento), Fonte: 2500.**

CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos serão depositados em conta corrente da OSC em instituição financeira pública - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para o objeto e isenta de tarifa bancária.

9.2 Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

9.3 Os rendimentos gerados pela aplicação dos recursos serão aplicados, SOMENTE, no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

9.4 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (PIX, TED) - transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário - pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a utilização de cheques e saques bancários para quaisquer pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A OSC compromete-se a restituir o valor repassado, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável, para o MUNICÍPIO (conta corrente da prefeitura de Congonhas de nº. 6846-2 na agência nº1793-0 do Banco do Brasil), nos seguintes casos:

a) inexecução do objeto;

b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo exigido;

c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

§ 1º. No valor a restituir incluem-se os rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

for comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha sido feita aplicação.

§ 2º. Em conformidade ao disposto no artigo 52 da Lei nº 13.019/2014, a OSC reconhece que qualquer parcela dos recursos que não seja utilizada, incluindo-se situações em que os itens estimados não atinjam o valor máximo especificado no Plano de Trabalho, deverá ser devolvida, independentemente de notificação, nos termos do art. 66 da referida Lei.

§3º. O descumprimento das obrigações previstas no parágrafo acima e na Cláusula Quarta, II, desta Minuta, sujeitará a OSC às sanções administrativas e legais cabíveis, incluindo a aplicação de multa, suspensão temporária de repasse, responsabilização civil ou criminal, conforme previsto nos artigos 71 a 75 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final será apresentada ao MUNICÍPIO até 30 (trinta) dias após a data final da vigência deste termo, ou da conclusão do objeto, ou, igualmente, até 30 (trinta) dias após a data de sua denúncia ou rescisão.

A apresentação da prestação de contas será acompanhada dos seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento endereçado aos técnicos analistas de prestações de contas, constando o nº. do termo;

II - Se a OSC entregar documentos para sanar pendências de prestação de contas já apresentada, deverá também fazer documento informando o nº. do ofício do técnico analista de prestações de contas correspondente;

III - Certidões negativas ou positivas com efeito negativo, em original ou cópia autenticada por servidor, devidamente atualizadas (deverá ser apresentada nova certidão somente se a apresentada anteriormente estiver vencida):

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) Certidão Negativa Municipal;

IV - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros, conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e local das atividades / apresentações, quantidade de público, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos);

V - Relatório de Execução financeira;

VI - Execução da Receita e Despesa;

VII - Relação de Pagamentos efetuados;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

VIII - Conciliação Bancária;

IX – As cotações de preços para aquisição dos materiais e contratação dos serviços deverão ser observadas com as seguintes orientações:

- A entidade deverá adquirir os produtos e/ou contratar os serviços pelo menor preço por item ou agrupamento de elementos de despesas;
- quando o objeto do termo envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em geral, deverá ser apresentado orçamento preliminar, com no mínimo três fornecedores diferentes pesquisados ou tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, ou catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras ou pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de forma que demonstre a sua compatibilidade com os valores praticados no mercado.
- Na cotação não se pode colocar marca: "É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório".
- A entidade elaborará o pedido de orçamento contendo a especificação do produto/serviço e a quantidade e o entregará às empresas/profissionais, que o devolverão carimbado e assinado. No orçamento fornecido por pessoa física deverá constar o nº. do documento de identidade e do CPF.
- Cotações feitas por internet serão aceitas somente no caso da impossibilidade de fornecimento pelas outras empresas, comprovada nos orçamentos. Nesse caso, é obrigatório constar o nome da empresa, não sendo aceitos orçamentos de sites de busca.
- Não será aceito orçamento no qual conste que a empresa não possui todos os itens quando adquirido por elemento de despesa. Nesse caso, terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição dos itens não apresentados.
- Se o orçamento não for apresentado na prestação de contas correspondente, não será aceito posteriormente, porque orçamento significa pesquisa **prévia** de preços. Terá que ser realizada justificativa técnica e apreciação do(a) gestor(a) para aceitação ou devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do(s) item(ns).
- Se no Plano de Trabalho houver a prestação de serviço de profissionais de nível técnico, a contratação deverá ser precedida de 3 cotações.

X - extratos da conta bancária e da aplicação financeira de todo o período de execução do termo, ou seja, desde o recebimento da parcela até a última movimentação;

XI - recibos de depósito na conta específica;

XII - recibo de depósito na conta nº6846-2, agência nº 1793-0 do Banco do Brasil, do saldo remanescente da conta corrente e da aplicação financeira. Ao fazer o depósito, a entidade deverá informar o nº. do CNPJ da OSC;

XIII - relação do nome dos representantes da entidade: diretoria, conselho fiscal, etc.;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

XIV - contrato ou outro termo que for celebrado com os profissionais que trabalharão no projeto constando a inexistência de vínculo entre eles e o MUNICÍPIO, bem como de que este não se responsabiliza pelos encargos patrimoniais, sociais, trabalhistas e previdenciários;

XV - declaração de que não há servidor municipal dos Poderes Executivo ou Legislativo recebendo recursos do termo, conforme vedação constante do inciso II do Art. 45 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;

XVI - na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

XVII - declaração do representante legal acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

XVIII - declaração do representante legal acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIX - outros documentos que se fizerem necessários à adequada prestação de contas, a critério do servidor ou setor responsável.

§ 1º Todos os documentos de prestação de contas referidos nesta cláusula devem ser apresentados em via original (que será devolvida à entidade) e em cópia legível. Não serão aceitas folhas avulsas.

§ 2º As prestações de contas e as respostas a pendências especificadas em ofícios deverão ser entregues diretamente aos técnicos analistas de prestações de contas.

§ 3° As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais, nos quais deverá constar o nº. do termo, devendo ser emitidos com clareza e sem rasuras, na forma da legislação e em nome da OSC.

§ 4º A análise de prestação de contas não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto. Nesse caso, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 5º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC dos bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste termo, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 6º A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novas parcerias ou acordos com a Administração Municipal.

§ 7º A prestação de contas será analisada e avaliada pelo MUNICÍPIO sob dois aspectos, em especial:

I - técnico: quanto à execução física, cumprimento do Plano de Trabalho e atingimento das metas de execução do objeto, podendo o MUNICÍPIO valer-se de relatórios ou laudos de diligências, inspeções ou vistorias e também de informações obtidas de pessoas beneficiadas, bem como de autoridades públicas ou outras entidades;

II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros, nos termos da legislação que rege a administração pública.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

§ 8º Deverão ser apresentados os Anexos: E - Relatório de Execução financeira, F - Execução da Receita e Despesa, I - Conciliação Bancária, o Relatório de Cumprimento do Objeto e o comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver.

§ 9º A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MUNICÍPIO, com base no disposto nos parágrafos acima, terá o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias para análise.

§ 10º O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 11º O transcurso do prazo definido anteriormente e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;

b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

§ 12º Se o transcurso do prazo e de sua eventual prorrogação se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do município de Congonhas.

§ 13º Estando a prestação de contas em desconformidade com as normas deste termo, será emitido ofício à entidade com prazo para saneamento das irregularidades.

§ 14º A aprovação da prestação de contas será comunicada formalmente à entidade no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação.

§ 15º Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição do MUNICÍPIO ou do Tribunal de Contas, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas final. Na hipótese de a OSC utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA TOMADA DE CONTAS

12.1 Após terem tomadas, sem êxito, as medidas administrativas julgadas necessárias, o MUNICÍPIO promoverá a instauração de tomada de contas e tomará todas as providências cabíveis à regularização das prestações de contas, nos casos em que estas não forem aprovadas, ou quando não forem encaminhadas dentro do prazo previsto.

12.2 Transcorrido o prazo do § 6º do artigo anterior sem terem sido tomadas as providências cabíveis à OSC, a Administração Pública Municipal, sob pena de responsabilidade solidária, adotará medidas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

Parágrafo único. Haverá a instauração de tomada de contas especial:

I – por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, se os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, não forem devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

II – se houver evidências de irregularidades na execução do objeto, constatadas antes do término da parceria;

III – se a prestação de contas for rejeitada.

12.3 Tão logo seja instaurada a tomada de contas, os respectivos autos do processo serão encaminhados à Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno para análise e para que sejam adotadas as providências decorrentes desta.

12.4. São peças que poderão integrar o processo de tomada de contas:

I – Ficha de qualificação do representante legal da OSC, contendo nome, CPF, endereço residencial e profissional ou comercial, e número de telefone e/ou e-mail;

II – Cópia autenticada deste Termo;

III – Demonstrativo financeiro do débito, indicando, em especial, seu valor original e origem e a data inicial da ocorrência do inadimplemento;

IV – Relatório do responsável pela tomada das contas, constando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade competente, inclusive relativamente aos expedientes de cobrança de débito remetidos ao representante legal da OSC;

V – Relatório emitido pela Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno, com manifestação sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas, regulamentos ou cláusulas deste Termo que foram infringidos;

VI – Cópias autenticadas do relatório da comissão de sindicância ou disciplinar se for o caso;

VII – outras peças que permitam ajuizamento acerca da responsabilidade ou não por prejuízo ao erário;

12.5. Para os efeitos desta cláusula, considera-se débito o valor repassado à OSC e não aplicado ou aplicado em desacordo com o disposto neste Termo, assim como quaisquer valores e parcelas, inclusive os representativos de bens que deveriam ter sido restituídos, transferidos e/ou recolhidos à conta do MUNICÍPIO, por força das disposições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda que:

I – O débito será atualizado monetariamente a partir da data da liberação dos recursos, inclusive, na forma da legislação vigente aplicável;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

II – Sobre o valor do débito incidirão os juros e demais encargos financeiros conveniados ou legais, se for o caso.

12.6. Frustrada ou embaraçada a tomada de contas, em especial se houver evidências de irregularidades de que resultem ou possam resultar em prejuízo ao erário, o CONCEDENTE encaminhará os autos do processo correspondente ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, além de suspender todos os benefícios e favores fiscais porventura concedidos à OSC. Além disso, o CONCEDENTE não poderá realizar nenhuma contratação envolvendo direta ou indiretamente a OSC, podendo promover sua inscrição em sistemas de cadastros de inadimplentes e similares até a adequada regularização da sua situação.

12.7. Regularizada a situação, o CONCEDENTE poderá contratar novamente com a OSC e promoverá:

I – A baixa nos sistemas cadastrais de inadimplentes e similares, se for o caso;

II – A comunicação dessa circunstância ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, visando ao arquivamento do processo correspondente;

III – se for legalmente possível e observado o interesse público, o restabelecimento dos benefícios e favores fiscais que forem suspensos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem vigência da data de assinatura até 31 de agosto de 2026, podendo ser prorrogada, de acordo com o interesse das partes.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência deste termo se houver atraso na liberação dos recursos, limitada tal prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

Fica vedado à OSC:

a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

b) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste termo;

c) utilizar os recursos para pagamento de despesas não compatíveis com o objeto deste termo;

d) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

e) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;

g) deixar de aplicar os recursos;

h) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

i) pagar despesas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;

j) pagar despesas a título de taxa de administração;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

k) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

Constitui motivo para rescisão do presente termo o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

A OSC declara, para todos os fins de direito, que:

I – não ofereceu, prometeu, autorizou, nem dará, oferecerá, prometerá ou autorizará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida a agente público ou a terceiros relacionados a este, com vistas à celebração ou execução do presente Termo de Colaboração;

II – não cometeu, nem permitirá que seus dirigentes, empregados, contratados ou prepostos cometam, em seu nome ou benefício, qualquer ato enquadrado como ilícito pela Lei nº 12.846/2013, pela Lei nº 8.429/1992 (alterada pela Lei nº 14.230/2021), bem como por demais normas nacionais e municipais de combate à corrupção e à improbidade;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

III – compromete-se a adotar medidas internas de integridade, ética e conduta compatíveis com a execução deste instrumento, responsabilizando-se pela imediata comunicação ao MUNICÍPIO de qualquer situação que configure suspeita de fraude, corrupção, conflito de interesses ou ato lesivo ao erário.

Parágrafo único. O descumprimento desta cláusula constitui causa suficiente para a rescisão imediata do presente Termo, sem prejuízo da aplicação das sanções civis, administrativas e criminais cabíveis, previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Este termo ou o Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser feita no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, que será analisada pela administração pública e, se aprovada, será objeto de termo de aditamento.

Parágrafo único. Admitir-se-á alteração do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Ao término da vigência deste termo ou quando da conclusão do seu objeto ou quando da sua denúncia ou rescisão, os bens remanescentes, **se for o caso,** que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência de sua execução poderão integrar, a critério do MUNICÍPIO e observada a legislação pertinente, o patrimônio da OSC, mediante termo de cessão. Nesse caso, a OSC adquirirá o direito de propriedade de tais bens. Não havendo a integração, os bens deverão ser transferidos ao MUNICÍPIO no prazo de 90 (noventa) dias, e este dará, a seu critério, a destinação mais adequada, tendo em vista o interesse público.

§ 1º A integração ao patrimônio da OSC somente ocorrerá quando os bens forem necessários para assegurar que a entidade promova a continuidade do projeto / atividade.

§ 2º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da cooperação, a partir da apresentação da proposta no procedimento da parceria, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

19.4. O município deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela entidade parceira.
19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da entidade parceira eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
19.6. É dever da entidade parceira orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
19.7. A entidade parceira deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
19.8. O município poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a entidade parceira atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
19.9. A entidade parceira deverá prestar, no prazo fixado pelo município, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
19.10. Bancos de dados formados a partir da cooperação, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
19.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo município nas hipóteses previstas na LGPD.
19.12. A cooperação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente termo será publicado no sítio eletrônico do município, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº. 13.019/2014.
Parágrafo único. O MUNICÍPIO e a OSC obrigam-se a dar publicidade a este termo, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 e alteração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Congonhas, 15 de setembro de 2025.

Marcelo Augusto Bastos
Presidente do Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas

Maria de Fátima Lima de Brito Sabará
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania

Anderson Costa Cabido
Prefeito de Congonhas

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE PARCERIA

1 - DADOS DO MUNICÍPIO		
MUNICÍPIO DE CONGONHAS		CNPJ: 16.752.446/0001-02
ENDEREÇO: Praça Presidente Kubitschek - 135 – Centro		
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG	CEP: 36.410-064
NOME DO RESPONSÁVEL: Anderson Costa Cabido	CI: M-4.370.328	CPF: 813.617.426-15
CARGO: Prefeito		

Ao preencher não exclua nenhum campo do formulário

2 - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC				
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC: Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas			CNPJ: 23966320/0001-04	
ENDEREÇO: Luiz Pinto da Rocha, 73, Rosa Eulália				
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG		CEP: 36416-278	TELEFONE: (31)992563846
CONTA CORRENTE ESPECÍFICA:	BANCO:			AGÊNCIA:
NOME DO RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Bastos			Nº IDENTIDADE: MG3591237	CPF: 530884506-97
ENDEREÇO: Luiz Pinto da Rocha, 73, Rosa Eulália				
CARGO: PRESIDENTE	TELEFONE: (31)992563846	E-MAIL DO RESPONSÁVEL PELA OSC: escoteirocidadedosprofetas@gmail.com		

3 - HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

O Escotismo é um movimento educacional de jovens, sem vinculo a partidos politicos, voluntário, que conta com a colaboração de adultos e valoriza a participação de pessoas de todas as origens sociais, etnias e crenças, complementando a formação que cada criança ou jovem recebe de sua família, de sua escola e de seu credo religioso.

Somos afiliados à UEB (União dos Escoteiros do Brasil). A UEB é uma associação com atuação nacional, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente e filantrópico, que congrega todos que praticam o Escotismo no Brasil. A União dos Escoteiros do Brasil é a única organização brasileira reconhecida pela Organização Mundial do Movimento Escoteiro, sendo titular desse registro internacional desde sua fundação. Ela é responsável por dirigir e acompanhar as práticas escoteiras nas Unidades Escoteiras Locais, espalhadas em todo o território nacional brasileiro.

O GECIP (Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas) teve sua fundação em 03 de novembro de 2015 e desde 2016 tem desenvolvido propostas voltadas para crianças e adolescentes.

Até os dias atuais foram desenvolvidos vários projetos aprovados pelo CMDCA (Conselho Municipal do Direitos da Criança), por Emenda Parlamentar e Emenda Impositiva. São eles: 2017 "Escotismo em ação: Educando o futuro cidadão" R$ 25.000,00 Chamamento Público; 2018/2019 "Escotismo: Educação para a vida" R$ 45.000,00 Chamamento Público; 2019 "Cartilha Conhecendo a Fauna e a Flora de Congonhas" R$ 26.207,20 Parceria com a Casa de Convivência Dom Luciano; 2019 Premiados no Programa ValorizarR$ 10.000,00 Programa Valorizar Vale; 2020/2021Trilha ecológica R$15.330,00 Parceria com a Casa de Convivência Dom Luciano; 2020/2021"Escotismo: Aventura Saudável"R$ 50.000,00 Chamamento Público; 2022/2023 "De volta à nossa Natureza" R$ 109.000,00 Chamamento Público; 2022/2023 "De volta à nossa Natureza" R$ 20.000,00 Emenda Parlamentar; 2023 "Ser Escoteiro" R$ 35.000,00 Emenda Impositiva; 2024 "Identidade Escoteira", R$ 115.000,00, Emenda Impositiva (Em execução); 2024 "Escotismo na comunidade"R$ 30.000,00 Emenda Impositiva (Em execução); 2024 "Saúde no Escotismo" R$ 20.000,00 Emenda Impositiva (Em execução); 2024 "Ser Escoteiro" R$ 20.000,00 Emenda Impositiva (Em execução)

Os projetos tiveram ações complementares à escola no âmbito da inclusão das crianças e adolescentes voltados à orientação para cidadania, educação e conscientização politica de crianças e adolescentes, com conteúdos específicos de direitos humanos, meio ambiente, segurança no trânsito, hábitos sustentáveis e primeiros socorros. Os planos englobaram os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

A OSC Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas possui:

Certificado de autorização para funcionamento emitido pela União dos Escoteiros do Brasil.

Certificado de inscrição no CMDCA (Conselho Municipal do Direitos da Criança e Adolescente) - Registro nº. 065.

Certificado de inscrição no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

Lei de Utilidade Pública Municipal: 3.669, de 14 de março de 2017.

Lei de Utilidade Pública Estadual: 23.095, de 29 de agosto de 2018.

4 - TÍTULO DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO : ESCOTISMO EM MOVIMENTO	PERÍODO DE EXECUÇÃO: INÍCIO: Setembro/2025 TÉRMINO: Agosto/2026

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

5 - OBJETO (DESCRIÇÃO DO PROJETO)

O Projeto Escotismo em Movimento realizará oficinas de primeiros socorros para capacitar crianças/adolescentes de 7 a 17 anos e 11 meses e 29 dias inscritas nas entidades Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas e Reciclando Vidas.

6 - LOCAL (ENDEREÇO) DE EXECUÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

O endereço das atividades será a E.M. Michael Pereira de Souza- Rua Danilo José Gonçalves Ferreira, S/ Nº, o Praia, Parque Ecológico da Cachoeira e o endereço da entidade Reciclando Vidas- Praça da Estação, Joaquim Murtinho.

7 - JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

A Lei Lucas, também conhecida como Lei 13.722/2018, foi criada em homenagem a Lucas Begalli Zamora, uma criança que morreu aos 10 anos após se engasgar durante um passeio escolar em Campinas. Se houvesse pessoas treinadas para os primeiros socorros a criança poderia ser salva.

Acidentes podem atingir qualquer pessoa ou indivíduo seja qual for o sexo, idade, condições socioeconômicas ou quaisquer outras características; estes podem determinar lesões de graus variados de gravidade, incapacidade, afastamento da aula e até morte.

Por mais que muitos considerem um processo complicado, ensinar primeiros socorros para crianças pode ser uma tarefa muito mais fácil do que se imagina. Além de preparar os pequenos para lidar em situações de risco, quando uma criança aprende sobre os primeiros socorros ela também consegue ajudar outras pessoas à sua volta.

O treinamento em primeiros socorros para crianças não deve ser encarado apenas como uma precaução, mas como um investimento na segurança e bem-estar da próxima geração.

A criação de um projeto de primeiros socorros se torna necessário para prestar os primeiros atendimentos de acidentes simples e corriqueiros, e até mesmo acidentes mais graves, evitando o agravamento da situação.

8 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE (descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades/projetos e as metas a serem atingidas)

Em quaisquer situações e atividades, pessoas estão expostas a riscos e, portanto, sujeitas a ferimentos e traumatismos causados por acidentes.

Acidentes podem ocorrer em qualquer lugar, mas alguns ambientes parecem ser especialmente propícios.

Especialistas no assunto garantem que a melhor forma de enfrentar este problema é pela prática da prevenção. Deve-se prevenir, afastando todas as condições de risco e assim evitar que acidentes aconteçam.

9- PÚBLICO-ALVO (beneficiados direta e indiretamente)

Nosso público alvo é atender no mínimo de 70 crianças/adolescentes de 7 anos até aos 17 anos e 11 meses e 29 dias inscritas na entidade Reciclando Vidas e no Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas.

10-FORMA DE EXECUÇÃO / METODOLOGIA DE TRABALHO (forma de execução das atividades ou do projeto). Descrever detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas com o público-alvo

O Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas segue o Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil.

Nosso propósito é contribuir para que crianças, adolescentes e jovens assumam seu próprio desenvolvimento, para que alcancem seu pleno potencial físico, intelectual, afetivo, social, espiritual e do caráter, como indivíduos, como cidadãs e cidadãos responsáveis e membros ativos de suas comunidades.

O Programa Educativo é o recurso utilizado para colocar nosso Projeto Educativo à disposição de crianças, adolescentes e jovens. Ele é definido como o conjunto de oportunidades de aprendizagem das quais os jovens podem se beneficiar, criado para atingir o propósito do escotismo e vivenciado por meio do Método Educativo Escoteiro.

O Método Educativo Escoteiro é a ferramenta que utilizamos para criar as condições educativas necessárias para que os jovens sejam os protagonistas do seu próprio desenvolvimento. É um sistema de autoeducação progressiva, de empoderamento e de aprendizagem cooperativa, baseado nas interações de oito elementos que atuam de maneira articulada como um sistema coeso:

1. Promessa e Lei Escoteira;
2. Aprender fazendo;
3. Progressão pessoal;
4. Sistema de Equipes;
5. Suporte do adulto;
6. Marco Simbólico;
7. Natureza;
8. Envolvimento Comunitário.

Nesse projeto "Escotismo em Movimento" o nosso foco principal é o "Aprender fazendo e a Progressão Pessoal".

Aprender fazendo- processo de indagação, exploração, experimentação prática e reflexão. Trata-se de uma relação ativa onde a criança, adolescente e jovem é protagonista de seu processo de aprendizagem.

O ensino de Primeiros Socorros está na grade curricular conforme a BNCC (Base Nacional Comum Curricular.

O projeto Escotismo em Movimento terá oficinas de Primeiros Socorros para:

Crianças/adolescentes em vulnerabilidade atendidas nos projetos da entidade Reciclando Vidas no endereço Praça da Estação, bairro Joaquim Murtinho.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

A oficina será realizada na sede da entidade em que as crianças/adolescentes receberão orientações realizadas por um socorrista/enfermeiro/bombeiro. As rianças/adolescentes serão avaliados de acordo com sua participação e empenho em uma atividade de simulação que acontecerá no Parque Ecológico da Cachoeira. Serão realizados dois ciclos de oficinas para atender as diferentes faixas etárias com os seguintes temas:

✓prevenção de acidentes domésticos
✓prevenção de afogamento
✓engasgo
✓ crises convulsivas
✓sinais e sintomas de infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral
✓parada cardiorrespiratória (PCR)
✓controle de hemorragias
✓queimaduras.

Ao final de cada ciclo haverá uma cerimônia de encerramento com certificação de participação e reconhecimento das crianças/adolescentes que foram destaque nas aulas e na simulação de primeiros socorros. Durante o projeto à entidade Reciclando Vidas receberá a doação de uma bolsa com os materiais necessários para os primeiros socorros.

•Escoteiros- a oficina e a simulação será para que as crianças/jovens conquistem os itens da Especialidade de Primeiros Socorros. A especialidade é um dos critérios principais para que o jovem cresça no Movimento Escoteiro. Serão realizados dois ciclos de oficinas separados por ramos (idades): Lobinhos: 6 a 10 anos e Escoteiros/Seniores- 11 a 17 anos e 11 meses. Em uma cerimônia escoteira as crianças/jovens receberão os distintivos de especialidade.

Como conquistar a especialidade de Primeiros Socorros

A criança/jovem deverá realizar os itens abaixo que serão avaliados por um enfermeiro e/ou socorrista e serão lançados no APP próprio da União dos Escoteiros do Brasil. A conquista da especialidade dá a criança/adolescente o direito de usar o distintivo nível 1, 2 ou 3 de acordo com os itens executados. A aquisição dos distintivos só é autorizada na Loja Escoteira conforme Carta de exclusividade.

11-ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

ATIVIDADE(S) (RESUMO)	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS
Oficinas de Primeiros Socorros para: Crianças/adolescentes da entidade Reciclando Vidas- prevenção de acidentes domésticos, prevenção de afogamento, engasgo, crises convulsivas, sinais e sintomas de infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral, parada cardiorrespiratória (PCR), controle de hemorragias e queimaduras. Escoteiros- 18 itens baseados na especialidade de Primeiros Socorros (página 8).	Capacitar crianças a partir de 7 anos de idade para prestar os primeiros socorros em situações de emergência.	Entender a importância de ajudar a salvar vidas; Identificar a diferença entre as instituições de serviços de urgências (SAMU e Bombeiros); Adotar condutas de suporte básico de vida em situações de emergências.

12 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

OBJETIVOS / METAS (quantitativas e mensuráveis a serem atingidas)	INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Possibilitar acesso a novas experiências. Capacitação de Primeiros Socorros para o público alvo.	Relatório do Socorrista/bombeiro/enfermeiro sobre a aplicação das atividades e desempenho das crianças. Crianças da entidade Reciclando Vidas- Avaliação de desempenho e participação nas oficinas e no simulado. Escoteiros- conquista da especialidade de Primeiros Socorros (conforme página 8).	*Relatório financeiro de gastos e despesas *Lista de presença *Relatório da execução das atividades *Registro fotográfico * Ficha de inscrição

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

13 - CONOGRAMA DE EXECUÇÃO - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
RESUMO GERAL - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
ITEM	**CÓD. RECURSO**	**NATUREZA DOS RECURSOS**	**PRAZO INICIAL**		**PRAZO FINAL**		**VALOR (R$)**
			MÊS	**ANO**	**MÊS**	**ANO**	
2	14	MATERIAIS DE CONSUMO	Setembro	2025	Agosto	2026	29.150,00
3	15	MATERIAIS/BENS PERMANENTES	Setembro	2025	Agosto	2026	6.250,00
4	16	SERVIÇOS DE TERCEIROS	Setembro	2025	Agosto	2026	72.000,00
	TOTAL DO PROJETO						**107.400,00**

a) Natureza dos Recursos - deixar em branco as colunas de valor e prazos, caso não tenha desembolso com o item.

b) Preencher somente os campos hachurados em "amarelo"

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

14 - MATERIAIS DE CONSUMO					
ITEM	**DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO**
1	Lanche	KIT	12	1.666,66	20.000,00
2	Materiais de papelaria	UNID.	1	400,00	400,00
3	Materiais de primeiros socorros	KIT	2	400,00	800,00
4	Bolsa de Primeiros Socorros	UNID.	1	300,00	300,00
5	Gasolina	LITROS	462	6,50	3.000,00
6	Distintivos de especialidade de Primeiros Socorros	KIT	1	150,00	150,00
	TOTAL MATERIAIS DE CONSUMO				**24.650,00**

Justifictiva: Os itens acima foram estimados, uma vez que a quantidade necessária depende diretamente do número de inscritos. Como o limite é de até 70 vagas que podem ou não ser totalmente preenchidas, a compra será ajustada conforme a demanda real. Além disso, devido à defasagem econômica, os quantitativos podem sofrer variações. O item "gasolina" também foi estimado considerando o preço médio na região, sendo o real valor apurado mediante consumo e flutuação de mercado.

15 - MATERIAIS/BENS PERMANENTES					
ITEM	**DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO**
1	Boneco RCP	UNID.	1	2.000,00	2.000,00
2	Colete para treinamento de engasgo	UNID.	1	1.600,00	1.600,00
3	Colar cervical P, M e G	UNID.	1	150,00	150,00
4	Prancha completa	UNID.	1	1.000,00	1.000,00
5	DEA Treinamento	UNID.	1	1.500,00	1.500,00
	TOTAL MATERIAIS/BENS PERMANENTES				**6.250,00**

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

16 - SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO
1	Coordenador- 20h- Contrato	UNID.	12	3.000,00	36.000,00
2	Secretário- 10h- Contrato	UNID.	12	1.000,00	12.000,00
3	Enfermeiro, Bombeiro civil e/ou Brigadista profissional- 10h- Contrato	UNID.	10	2.400,00	24.000,00
4	Camisas do Projeto (personalizadas)	UNID.	100	45,00	4.500,00
	TOTAL SERVIÇOS DE TERCEIROS				**76.500,00**

17 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO	18 - VALOR PARCERIA APLICADO PELO MUNICÍPIO (R$)
(Preenchimento pela PMC/Diretoria de Convênios)	107.400,00

19 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – MUNICÍPIO

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
VALOR MENSAL (R$)	-	-	-	-	-	-
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**
	-	-	107.400,00	-	-	-

Para determinar o valor de cada parcela a ser repassada, deve ser apurado o gasto mensal. Desembolso será em conformidade com o projeto.

20 - DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Declaro, para fim de prova junto ao Município de CONGONHAS, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que impeça a transferência de recursos financeiros oriundos de dotação consignada no orçamento do município, na forma deste Plano de Trabalho.

Congonhas, ____/____/____

Marcela Augusta Bastos
Presidente da OSC

21 - APROVAÇÃO DA CONTROLARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS

O termo encontra guarida legal:

DEFERIDO (X) INDEFERIDO ( )

a) (X) Previsão legal
b) (X) Previsão orçamentária
c) (X) Recursos financeiros
d) (X) Compatibilidade com a LDO
e) (X) Compatibilidade com o PPA

Rosângela Ferreira da Costa Braga
Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno

22 - APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )

Anderson Costa Cabido
Prefeito de Congonhas

Diário Oficial Eletrônico
Congonhas - MG

Congonhas, 23 de Setembro de 2025 – Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 – ANO 15 | Nº 4092

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

RESOLUÇÃO CMAS/CONGONHAS 12/2025
DISPÕE SOBRE ERRATA NA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS, DATADA DE 12/08/2025, PUBLICADA EM 14 DE AGOSTO DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Congonhas (***CMAS***), no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 2.340/02 alteradas pelas **Leis 3.849 de 31/05/2019 e 4.203, de 19/10/2023,** que dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município de Congonhas e dão outras providências, em sua Nº de Reunião **260**, ***Plenária ordinária*** do dia ***07/08/2025*** (Primeiro de Agosto dois e vinte e cinco), resolve:

Onde se lê
Plenária ordinária do dia ***07/08/2025*** (Primeiro de Agosto dois e vinte e cinco), resolve:
Leia-se:
Plenária ordinária do dia ***07/08/2025*** (Sete de Agosto dois e vinte e cinco), resolve:

Art. 1° - Aprovar após análise a prestação de contas do ano 2024.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor a partir da sua data de publicação

Congonhas, 17 de Setembro de 2025

Michelle Mendes Chagas
Vice-Presidente do CMAS de Congonhas

Código de Validação: 1203926

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE COLABORAÇÃO N°. 11/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E ASSOCIAÇÃO RECICLANDO VIDAS

Partícipes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pela Secretária Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania, Maria de Fátima Lima de Brito Sabará, portadora do RG M-7933.048 e do CPF nº. 004.919.566-22 e a **ASSOCIAÇÃO RECICLANDO VIDAS,** inscrita no CNPJ sob o nº. 12.820.799/0001-41, com sede na Rua Francisco Antônio de Assis, n° 121, cidade Jardim, Congonhas, representada por sua Presidente, Cleide da Silva Souza, portadora do RG M 9093697 e do CPF nº. 033.821.076-86. Objeto: Execução do Projeto "Transformação" para dar continuidade às atividades realizadas pela Associação, dando maior qualidade de vida às crianças e adolescentes moradoras de área de vulnerabilidade social a partir da promoção da prática sociocultural formativa e integrativa. Valor: R$299.750,00 (duzentos e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta reais). Dotação Orçamentária: Ficha: 1477. Órgão: 32. Unidade: 03. Função: 08. Subfunção: 243. Programa: 0018. Atividade: 0.074 – Parcerias com Entidades – Criança e Adolescente, 3.3.50.41 – Contribuições. Fonte: 2500. Vigência: 10 (dez) meses a partir da data da assinatura do termo. Congonhas, 23 de setembro de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; Maria de Fátima Lima de Brito Sabará, Secretária Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania; Cleide da Silva Souza, Presidente da Associação Reciclando Vidas.

Código de Validação: 1208626

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE COLABORAÇÃO N°. 17/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O GRUPO DE ESCOTEIROS CIDADE DOS PROFETAS

Partícipes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pela Secretária Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania, Maria de Fátima Lima de Brito Sabará, portadora do RG M-7933.048 e do CPF nº. 004.919.566-22 e o **GRUPO ESCOTEIRO CIDADE DOS PROFETAS,** inscrito no CNPJ nº. 23.966.320/0001-04, com sede na Rua Luiz Pinto da Rocha, 73, Rosa Eulália, Congonhas/MG, representado por seu Presidente, Marcelo Augusto Bastos, portador do RG MG3591237 e do CPF nº. 530.884.506-97. Objeto: Execução do Projeto "Escotismo Em Movimento", que realizará oficinas de primeiros socorros para capacitar crianças e adolescentes de 07 a 17 anos e 11 meses e 29 dias inscritas nas entidades Grupo Escoteiros Cidade dos Profetas e Associação Reciclando Vidas, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco. Valor: R$107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 32, Unidade: 03, Função: 08, Sub-função: 243, Programa 0018, Atividade: 0.074 - Parceria com Entidade - Criança e Adolescente, 3.3.50.41 - Contribuições (Ficha - 1477 Custeio), 4.4.50.41 - Contribuições (Ficha - 1590 Investimento), Fonte: 2500. Vigência: Este instrumento tem vigência da data de assinatura até 31 de agosto de 2026. Congonhas, 23 de setembro de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito

Diário Oficial Eletrônico
Congonhas - MG

Congonhas, 23 de Setembro de 2025 - Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 - ANO 15 | Nº 4092

Código de Validação: 1208726

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO PMC/018/2025 - PRC NO 170/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO 90035/2024

Fica rescindido por atendimento legal e interesse público, unilateralmente pela Secretaria Municipal de Educação, o Termo de contrato em referência, com amparo no art 137. Incisos I,II e VIII, /c art. 138, inciso I, todos da Lei n. 14.133/2021 bem como por ter a empresa Minas Capital Comércio de Alimentos LTDS, CNPJ 54.164.523/0001-00 doravante denominada CONTRATADA, descumprido os itens 16.1 e 16.2 do termo de referência N o 147/2024 anexo do edital do pregão Eletrônico No 90035/2024. Confere-se à Notificada, nos termos do art. 165, I alínea e) da Lei 14.133/2021, o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para apresentar recurso à SEMED, contendo razões de fato e de direito, bem como produzir provas que comprovem suas alegações, esclarecer fatos e prestar as informações que entender cabíveis. Congonhas,23 de setembro de 2025. Marcilaine Cássia Barbosa Lana-Secretária Municipal de Educação.

Código de Validação: 1208926

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
(Art. 30, inciso I da Lei nº 13.019/2014)

A Secretaria de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania – SEDASC, considerando a necessidade de garantir a continuidade da prestação do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, na modalidade Casa Lar, assegurando a proteção integral, o cuidado e a dignidade dos idosos atualmente acolhidos, bem como evitando a descontinuidade do atendimento e os prejuízos físicos, emocionais e sociais que a interrupção poderia ocasionar;
Considerando que a modalidade Casa Lar configura-se como alternativa mais adequada em relação ao modelo tradicional das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs, por adotar uma abordagem humanizada, acolhedora e centrada na convivência familiar e comunitária;
Considerando que a Associação Comunitária Vida Nova é a única entidade no município com experiência prévia na execução do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas e que possui inscrição regular no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS;
Considerando que a fixação do prazo de seis meses fundamenta-se na intenção da Administração em realizar, nesse período, Chamamento Público para a seleção de entidade parceira responsável pela execução do serviço, reafirmando o compromisso da atual gestão com a legalidade, a transparência e a impessoalidade nos processos administrativos;
Justifica-se, portanto, a dispensa de Chamamento Público em favor da Associação Comunitária Vida Nova, inscrita no CNPJ nº 03.794.951/0001-78, com a consequente celebração de Termo de Colaboração, pelo prazo de seis meses, no valor global de R$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), em estrita observância às exigências legais.
Processo Administrativo nº 11348/2025.
Aplica-se, para tanto, o disposto no inciso I do artigo 30 da Lei nº 13.019/2014:
"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
I – no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias."
Congonhas, 23 de setembro de 2025.

Maria de Fátima Lima de Brito Sabará
Secretária de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania

Código de Validação: 1209126

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 71/2025

AUTORIZO e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação reconhecida no Parecer Jurídico, de acordo com o artigo 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021 para a locação de bem imóvel, situada junto a Rua Danilo José Gonçalves Ferreira, nº 15, Bairro Praia, que conta com uma área construída de aproximadamente 218,43 m² neste município, para abrigar a sede administrativa da Secretaria Municipal de Habitação, podendo a Secretaria de Administração - Diretoria de Contratos celebrar o contrato. Congonhas, 23 de setembro de 2025. Cristiano Augusto do Nascimento – Chefe de Gabinete.

Código de Validação: 1209226